REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 3 - Edição Especial - 2018
Missões

ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA APÓS COLAPSO DO SISTEMA PARTIDÁRIO: A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS ANDINOS

PARTY ORGANIZATION AFTER COLLAPSE OF THE PARTY SYSTEM: THE ORGANIZATION OF THE ANDEAN PARTIES

Rodrigo Ricardo Mayer[1]

Resumo: Este estudo analisa a organização de onze partidos andinos (MAS, UN, AP, CREO, PC, PL, PLU, FP, PNP, MPJ e PSUV) através da comparação de seus estatutos. A comparação ocorre a partir da identificação da ausência e/ou presença de certas características em seus estatutos. As décadas de 1990 e 2000 a região dos Andes atravessou por uma forte crise econômica, política e social, que afetou seus sistemas partidários, levando-os ao colapso (com exceção da Colômbia) e a substituição dos seus partidos tradicionais por novas agremiações originárias do período de crise. Como premissa central, argumento que a organização dos partidos da região foi afetada pelo período e isso incentivou a formação de organizações centradas em suas lideranças ao invés, de seu fortalecimento.

Palavras-chave: Partidos Políticos. Andes. América Latina. Organização Interna.

Abstract: This study examines the organization of eleven Andean parties (MAS, UN, AP, CREO, PC, PL, PLU, FP, PNP, MPJ and PSUV) by comparing its statutes. The comparison occurs from the identification of the absence and / or presence of certain characteristics in its statutes. The decades of 1990 and 2000 to the Andean region crossed by a strong economic crisis, political and social, which affected their party systems, causing them to collapse (with the exception of Colombia) and the replacement of the traditional parties for new associations originating in period of crisis. As a central premise, I argue that the organization of the parties in the region was affected by the period and this encouraged the formation of organizations centered on their leadership instead of their strengthening.

Keywords: Political Parties. Andes. Latin America. Internal Organization.

INTRODUÇÃO

No fim do século passado e no começo deste, os sistemas partidários andinos atravessaram por grandes transformações, com o declínio dos partidos políticos tradicionais e sua substituição por novos atores. A Colômbia foi, em parte, a exceção da região, pois a crise não produziu o colapso de seu sistema, porém, resultou na quebra do bipartidarismo tradicional e a adoção de um sistema multipartidário.

Processos de substituição de forças tradicionais por novas não é estranho nas democracias, mas a velocidade que isso ocorreu nos andes leva ao debate se os sistemas

[1] Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Ciência Política pela UFPR, doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mayer.rrm@gmail.com

entraram em colapso ou não. A crise dos sistemas, neste caso, teria produzido incentivos para a construção de novos atores e, não, o crescimento de atores até então secundários na arena política andina. Os novos partidos que emergiram desse processo trazem semelhanças e diferenças entre si, porém, apresentam como ponto em comum a questão da formação ao redor de alguma liderança que emergiu ao redor de um tipo de liderança personalista.

Dito isso, este artigo busca examinar a organização de onze partidos andinos (MAS, UN, PC, PL, PLU, AP, CREO, FP, PNP, MPJ e PSUV) a partir de seus estatutos. Como hipótese central, argumentamos que a crise produziu um ambiente propício para a construção de partidos centrados em suas lideranças e, portanto, sem grandes incentivos para o fortalecimento de suas organizações.

CRISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS: SINTOMAS DA CRISE DE REPRESENTAÇÃO

Antes de analisar a trajetória democrática dos países andinos é preciso definir quais são os países da região. Esse debate é necessário pois a Argentina e o Chile também são cortados pela cordilheira dos andes, entretanto para fins de classificação não são considerados como membros do grupo dos países andinos, mas pertencentes ao Cone Sul, por quê? Os países andinos usualmente são classificados devido a sua história comum – como o processo de independência liderado por Símon Bolívar e a tentativa deste em fazer da região, um único país – e ao compartilhamento de instituições (conselho, conselho de ministros das relações exteriores, comissão da comunidade andina, parlamento, tribunal de justiça, etc.) e a proximidade de sua população[2], com alta porcentagem de população indígena.

Ao longo de suas histórias democráticas, a região pode ser dividida em dois grupos. O primeiro, composto pela Colômbia e pela Venezuela, tratam de países que até a década de 1990 possuíam sistemas partidários estáveis desde a década de 1940[3], com o sistema colombiano – apesar dos inúmeros conflitos armados entre Conservadores e Liberais, sendo o último a Guerra Civil de 1948[4] – datando do século XIX. O outro grupo – Bolívia, Equador e Peru – trata de países com pouca tradição democrática, composto por constantes quebras democráticas e partidos políticos incipientes de curta duração.

2 Desde 2003, os cidadãos da região podem transitar livremente – como turistas – entre os países.

3 Outro fato marcante do sistema partidário dos dois países vem da exclusão de terceiras forças – principalmente de partidos de esquerda – durante todo o período.

4 Os dois partidos têm larga história de conflitos entre si. O conflito de 1948 foi desencadeado pelo assassinato de Jorge Eliécer Gaitán (candidato à presidência da República nas eleições de 1949 pelo Partido Liberal), que motivou conflitos armados, assassinatos, atos de terrorismo entre os correligionários.

Antes de entrar em detalhes sobre os países, é fundamental discutir do que se trata o colapso dos sistemas partidários. O debate sobre o colapso dos sistemas partidários se insere no debate sobre a crise de representação que perpassou boa parte dos últimos sessenta anos e ganhou força a partir da década de 1970 devido aos efeitos da crise econômica sobre o sistema partidário da Europa Ocidental (DALTON *et al*, 2011). Seus efeitos provocaram alterações no quadro partidário, com perda de força de partidos tradicionais e o crescimento de novas forças, como partidos de extrema-direita e partidos verdes (DALTON *et al*, 2000).

A crise de representação se confunde com a crise dos partidos políticos. Eles são atores centrais nas democracias e possuem a necessidade de angariar votos para garantir a sua sobrevivência (SAWARD, 2008). No entanto, segundo Schmitter (2001), os novos desafios que os partidos enfrentam dificultam esta tarefa, pois além da intensidade dos desafios, o ambiente em que eles estão inseridos também é mais instável, tanto em relação a mudanças quanto na acessibilidade aos recursos necessários a sua sobrevivência.

Quais seriam os indicadores para a crise dos partidos políticos? Segundo Bartolini e Mair (1990) a crise dos partidos políticos é decorrente de quatro indicadores: a) aumento da abstenção: crescimento do não comparecimento eleitoral, diminuição dos ativistas, o que pode gerar problemas para a legitimidade do sistema[5]; b) aumento da volatilidade eleitoral: vem com a mudança no comportamento dos partidos políticos, estes focam em estratégias de curto prazo, ao invés, de uma ação mais programática e alteram seu recrutamento, com foco em celebridades, atores com poder econômico ao invés, de formar seus quadros. Outro motivo para o crescimento da volatilidade eleitoral vem do aumento da oferta partidária, com o crescimento de novas forças partidárias; c) diminuição da identificação partidária: outro efeito das estratégias de curto prazo, ao focarem em linhas de atuação pragmáticas, as agremiações se aproximam ideologicamente e se parecem aos olhos do eleitorado, que possuí dificuldades para diferenciá-las e; d) declínio do número de membros: o declínio do número de membros é trabalhado pela teoria do partido cartel. Segundo Katz e Mair (1995), os partidos políticos se distanciam da sociedade e direcionam sua ação – e organização – para o Estado. Esse movimento vem/surge do declínio e instabilidade dos recursos advindos dos membros. No modelo de partidos de massas[6], os membros são as principais fontes de recursos partidários, com tempo e dinheiro. Com o aumento da profissionalização dos partidos, o papel do filiado

5 A não participação eleitoral é vista como algo positivo por Crozier, Huntington e Watanuki (1975), para os autores, o não comparecimento pode ser um indicativo de satisfação do eleitorado com as políticas aplicadas.

6 Os partidos de massas consistem no auge dos partidos políticos. Segundo Duverger (1970), os partidos de massas consistem em organizações robustas, que não existem apenas nos períodos eleitorais. Suas funções não se restringem apenas as eleições, mas também a formação de seus membros e quadros, atividades recreativas e buscam representar os interesses de segmentos do eleitorado.

perde espaço na burocracia partidária e, devido aos crescentes custos das campanhas eleitores, seu papel como financiador é diminuído. Para Katz e Mair (2009), os membros continuam importantes para os partidos, porém, seu papel é reduzido se comparado a outros tempos[7].

Para Mainwaring *et al* (2006), a crise dos partidos políticos possui duas dimensões. A primeira, subjetiva, argumenta que os eleitores se encontram insatisfeitos com o modo como são representados pelos representantes ou consideram que os parlamentares agem de modo egoísta, ou seja, de acordo com seus próprios interesses. A segunda, comportamental, fala que os cidadãos podem deslegitimar os representantes ao não comparecerem as eleições ou selecionar novos partidos, *outsiders* ou legendas antissistemas.

De acordo com Dalton *et al* (2011), mais do que uma crise, os partidos políticos se adaptam a uma nova realidade. Os analistas tendem a olhar para a era de ouro dos partidos políticos e considerar que o modelo de partido de massas é mais do que o auge dos partidos políticos, mas o modelo a se seguir e quando suas características declinam, tendem a considerar que os partidos políticos como um todo se encontram em crise. Saward (2008) parte de um pressuposto semelhante. Para o autor, os partidos políticos não estão em crise, e tampouco foram substituídos por outras organizações (associações patronais, movimentos sociais, ONG's, etc.), os partidos, segundo o autor, são sobreviventes. A crise de representação neste caso estaria ligada a distância que os partidos se encontram em relação ao eleitorado., o qual não se sente mais representado pelas forças tradicionais e busca alternativas.

Portanto, a crise dos partidos se encontra ligada a mudança de tipo de partidos. Muito do diagnóstico da crise dos partidos políticos vem de uma visão presa ao passado glorioso deles, no qual, mais do que organizações poderosas, os partidos representavam o auge da democracia representativa, ao não apenas disputar eleições, mas atuar na formação política dos indivíduos (SAWARD, 2008; SCHMITTER, 2001).

Com o desenvolvimento das campanhas e, sobretudo dos meios de comunicação de massas, houve a necessidade de adaptação dos partidos políticos a um novo ambiente, com diferentes desafios. A adaptação não se deu apenas como uma estratégia para maximizar o desempenho eleitoral, mas como estratégia de sobrevivência, visto que os partidos que não se adaptassem corriam riscos de desaparecer ou de se tornarem irrelevantes.

Feitas essas observações, é importante discutir a crise dos partidos políticos nos países andinos entre as décadas de 1990 e 2000 antes de analisar a organização de seus partidos.

7 Katz e Mair (2009) questionam a necessidade da manutenção de membros por parte dos partidos. Segundo os autores, o apego a existência de membros vem mais da tradição do que pela importância dos filiados para a organização.

Mudanças e alterações nos sistemas partidários são relativante comuns. Geralmente elas vem com o realinhamento de forças, com a perda de relevância de alguma força partidária e o crescimento de novos atores[8]. No entanto, o colapso de sistemas partidários é raro, com apenas o caso italiano[9] se assemelhando ao dos países andinos.

Como podemos definir o que é um colapso do sistema partidário? O colapso trata de uma mudança abrupta do sistema partidário causada pela rejeição aos partidos tradicionais e o crescimento do apoio a novos competidores (MAINWARING *et al*, 2006).

A crise de representação da região tem origem no final década de 1980 e começo da década de 1990, principalmente, por causa da crise econômica e social gerada pela tentativa de implementação da agenda neoliberal. Novamente, podemos separar a região em dois grupos.

Um dos indicadores mais utilizados para compreender a crise de representação é a confiança nas instituições. Para Mainwaring *et al* (2006), uma crise de representação é acompanhada pelo alto descrédito que as pessoas têm das instituições representativas.

Tabela 1 – Confiança nos partidos políticos (1996-2003)

País	1996	1997	2002	2003
Bolívia	16,3	20,4	9	6
Colômbia	11,3	21,1	10	9
Equador	18,3	15,5	7	5
Peru	18,5	20,6	13	8
Venezuela	11,3	20,8	19	14

Fonte: elaboração do autor com base em Mainwaring et al (2006).

Dentre os países andinos na década de 1990, somente a Venezuela apresenta índices crescentes naquela década. Isso, em parte, é explicado pela emergência de novos atores – sobretudo, mais à esquerda – que substituíram os partidos tradicionais. Em relação aos demais países, a desconfiança com as instituições veio acompanhada pela rejeição as políticas neoliberais e aos seus efeitos, como o aumento da pobreza, por exemplo. Em relação a

8 O caso britânico é um bom exemplo de ascensão de um partido em substituição de outro. Do século XIX até a década de 1920, a competição se restringia aos conservadores e aos liberais, a partir da segunda década do século XX, a oposição se alterou com os trabalhistas se posicionando como principal força opositora ao Partido Conservador.

9 A literatura considera a Itália na década de 1990 como outro caso de colapso do sistema partidário. As eleições italianas de 1994 apresentaram o declínio das forças que estruturavam a política italiana desde o pós-segunda guerra mundial (Democracia Cristã e o Partido Comunista) e o surgimento de novas forças que ganharam apelo após a Operação Mãos Limpas.

Colômbia, a variação do índice veio com a reforma de seu sistema partidário, a qual objetificou-se a substituição do bipartidarismo tradicional por um sistema multipartidário moderado. No entanto, os efeitos da reforma foram distantes do planejado, com a explosão do número de partidos – a maioria regional e de orientação personalista e/ou clientelista[10] – e a crescente fragmentação do sistema (BOTERO *et al*, 2016).

Junto com o aumento da desconfiança nas instituições ocorreu o crescimento dos índices de volatilidade eleitoral. Desde a década de 1970, a região apresenta um dos maiores índices no mundo, com somente a Colômbia (com 22% entre 1978-2002)[11] apresentando índices moderados, porém crescentes devido a proliferação de partidos no país (MAINWARING *et al*, 2006).

Índices elevados de volatilidade eleitoral não necessariamente representam o colapso do sistema. A mudança pode ocorrer dentro dos partidos existentes e/ou entre partidos de um mesmo espectro ideológico, apresentando a disputa entre forças pela hegemonia de uma determinada clivagem. No entanto, o cenário nos países andinos representa mais do que um mero reordenamento das forças dentro de um sistema – relativamente – estável, mas sim, uma elevada rejeição aos partidos tradicionais e o crescimento de novos partidos.

Em relação aos novos partidos, a baixa confiança nas agremiações, somada a alta volatilidade criou um ambiente propício para a construção de novos partidos. Todos os países da região, sem exceção, enfrentaram o declínio de seus partidos tradicionais e o surgimento de novas forças, com as situações do Equador, Peru e Venezuela como as mais dramáticas.

Assim como os demais, o sistema partidário boliviano também enfrentou grandes transformações, estas, no entanto, ocorreram de modo mais paulatino do que nos casos apresentados acima. Do mesmo modo que os demais países, o sistema partidário boliviano pós redemocratização teve seus partidos tradicionais substituídos por novas forças originárias do período de crise neoliberal. Desde a década de 1980, o país foi governado através de um sistema de pactos entre as três principais forças (MNR, ADN e MIR), as quais pela impossibilidade de atingir maiorias nas eleições, se apoiavam mutuamente no bloqueio de novas forças[12]. O desgaste do sistema veio com a rejeição as políticas neoliberais – com

10 O clientelismo trata de uma relação de uma troca de recursos entre dois atores. De um lado, o ator político confere bens (materiais e simbólicos) e, de outro, recebe apoio, lealdade, etc. O clientelismo não se refere apenas a troca, mas também a uma relação emotiva entre as partes (CANOVAN, 1999; DEL TRONCO, 2017).

11 Nos demais países a volatilidade foi a seguinte: 39,8% na Bolívia entre 1980-2002; 36,4% no Equador entre 1979-1998; 51,9% no Peru entre 1980-2001 e; 31,3% na Venezuela entre 1978-2001.

12 O sistema vigente até 2004 tinha funciona com o isolamento – e quase ausência – da esquerda e acordos interpartidários entre as três principais forças políticas do país (MAYORGA, 2010).

destaque a tentativa de privatização dos hidrocarbonetos – e a baixa inclusão da população indígena na política[13]. As consequências da crise abriram espaço para o surgimento de novas forças – sobretudo o MAS –, reforma constitucionais, sobretudo eleitorais, de modo a excluir a eleição indireta à presidência da República[14] e o surgimento e consolidação do MAS como força hegemônica devido ao declínio dos partidos tradicionais.

A Colômbia é o caso atípico da região, assim como a Venezuela, o país não atravessou por um regime militar e conta com eleições ininterruptas desde a década de 1950 (BOTERO *et al*, 2016). No entanto, as eleições colombianas entre 1958 e 1974 tiveram uma grande peculiaridade que foi, a divisão paritária das cadeiras legislativas e a alternância da presidência entre o PC e o PL, fruto do acordo que encerrou a guerra civil entre seus partidários na década de 1950. a partir de 1978, o sistema ensaiou uma abertura, que somente foi completada com a nova constituição do país em 1991. a nova constituição, aliada a fragmentação dos partidos tradicionais, promoveu a descentralização política e o crescimento da oferta partidária, com mais de 40 partidos ocupando cadeiras no Congresso Nacional entre 1991-2002 (WILLS-OTERO, 2009). Segundo Losada (2007), o bipartidarismo foi substituído por um novo sistema, multipartidário, dotado de alta fragmentação e com pouca preocupação ideológica. Devido a explosão do número de partidos, em 2006, houve uma nova reforma, a qual criou barreiras para a formação de novos partidos e claúsulas de barreira e exclusão para diminuir a quantidade de legendas (BOTERO *et al*, 2016).

O Equador, em que pese a atual estabilidade, é um dos países mais instáveis da América do Sul, com inúmeras presidências interrompidas, novas constituições (3 em 30 anos) e alta volatilidade eleitoral (ALCÁNTARA, 2013). Assim como os demais países da região andina, a década de 1990 e 2000 foi marcada por forte crise política, econômica e social gerada pelas políticas neoliberais e escândalos de corrupção (PACHANO, 2010). O sistema partidário do período, inicialmente, foi marcado pela forte capacidade de sobrevivência dos principais partidos (PSC, ID, DP), os quais, mesmo com a constante crise, conseguiram se manter como estruturadores do sistema, em um sistema altamente fragmentado. Contudo, ao final da crise, em 2008, estes partidos praticamente desapareceram e foram substituídos por novas forças, como a Alianza País (formada por movimentos sociais contrários as políticas do

13 Os partidos étnicos surgiram na América Latina nas duas últimas décadas. Esse tipo de formação busca representar os contingentes indígenas da região que, embora numerosos, são sub-representados (MARTI I PUIG, 2010; VAN COTT, 2000).

14 Entre 1982 e 2009, as eleições presidenciais eram realizadas em apenas um turno, contudo, quando um candidato não obtinha a maioria absoluta dos votos, o parlamento escolhia o presidente dentre os candidatos (TORRICO, 2014).

FMI e favoráveis a auditoria da dívida pública nacional), CREO (partido criado por empresários) e MUPP (partido indígena).

O sistema partidário peruano inaugurado em 1978 foi assentado em clivagens ideológicas, com seus quatro principais representantes (IU, APRA, AP, PPC,) ocupando cada um, uma posição no espectro ideológico da esquerda para a direita[15] (LEVITSKY, 2018). Entretanto, o sistema ainda na década de 1980 enfrentou severas crises, como hiperinflação e o crescimento do terrorismo do grupo Sendero Luminoso, o que levou ao desgaste do mesmo e ao surgimento de outsiders com chances de ganhar o poder[16], como o Cambio 90 de Alberto Fujimori. Após a vitória nas eleições presidenciais de 1990 e o autogolpe em 1992, que culminou com o fechamento do Congresso Nacional. Fujimori convocou novas eleições a serem realizadas sete meses após o golpe, com eleições marcadas por inúmeras fraudes eleitorais, de modo a garantir a maioria do CAMBIO 90 no Congresso (LEVITSKY, *idem*). Após a ditadura de Fujimori, um novo sistema foi inaugurado em 2001, porém, esse sistema se apresentou mais débil, volátil e personalista que o anterior (LEVITSKY, 2018; TANAKA, 2010).

O caso venezuelano também apresentou o reordenamento do sistema, mas em uma situação um pouco mais democrática que a peruana. Desde 1958, a política venezuelana girou em torno de duas grandes legendas (AD[17] e COPEI), que governavam através de pactos – ambos os partidos estavam mais interessados na governabilidade do que na representação – e excluíam outros segmentos sociais sociais e a esquerda do jogo político (CORREAL, 2009). Contudo, a forte crise da década de 1980 levou as forças ao descredito e abriu espaço para tentativas de golpes[18], cisões e ao aparecimento de novas forças. Os dois últimos pontos se mostram inicialmente conectados, devido ao baixo desempenho das forças tradicionais nas eleições de 1993 – antes os dois partidos somados dominavam a política nacional, nas eleições daquele ano, seu desempenho junto foi inferior a 24% – e a vitória do ex-presidente Rafael Caldera, agora em um novo partido, a Convergência, nas eleições presidenciais de

15 A IU se encontrava na esquerda, a APRA na centro-esquerda, a AP na centro-direita e, o PPC na direita.

16 O aparecimento de partidos e políticos que buscam se colocar como alternativas aos grupos tradicionais é constante na arena política. Esses grupos, em sua maioria, ocupam espaços secundários – quando muito – nas campanhas e no processo eleitoral, porém, em momentos de crise, os atores marginalizados podem emergir como canais para a canalização dos sentimentos de frustração da população.

17 A Ação Democrática foi a principal força política venezuelana no século XX. A agremiação ganhou 5 de 7 eleições presidenciais entre as décadas de 1950 e 1990.

18 A crise econômica, política e social gerou fortes tensões na política venezuelana. Em 1992, ocorreram duas tentativas de golpe de Estado, uma liderada por Hugo Chávez, que buscava alterar o sistema política e, outra tentativa liderada por outros.

1993, o que abriu espaço para a vitória de Hugo Chávez, nas eleições presidenciais de 1998 e a redução das antigas forças tradicionais a partidos irrelevantes (ALCÁNTARA, 2013).

Partidos políticos nos andes: organização

Como argumentado acima, a região andina atravessou por um profundo processo de transformação entre as décadas de 1990 e 2000, com a substituição dos partidos tradicionais por novas forças partidárias originárias a partir do período de crise. Neste trabalho, selecionamos onze partidos da região para examinar como os partidos andinos se encontram organizados. O critério adotado para seleção foi a relevância dos partidos nos parlamentos nacionais até 2017, e no caso colombiano, a questão histórica da legenda, por causa disso, a Colômbia é o único país com três partidos selecionados.

QUADRO 1 – Partidos Políticos analisados

Partido	País	Ano de fundação	Ideologia	Origem	Personalismo	Estatuto
Movimiento al Socialismo	Bolívia	1997	Esquerda	Externa		2012
Frente de Unidade Nacional	Bolívia	2003	Centro-direita	Interna		
Partido Conservador	Colômbia	1849	Direita	Interna	Ausente	2012
Partido Liberal	Colômbia	1847	Centro	Interna	Ausente	2012
Partido de la U	Colômbia	2005	Direita	Interna		2012
Alianza País	Equador	2006	Esquerda	Externa		2011
Fuerza Popular	Equador	2002	Direita	Externa		2014
Fuerza Popular	Peru	2010	Direita	Interna		2011
Partido Nacionalista Peruano	Peru	2005	Esquerda	Interna		2010
Primero Justicia	Venezuela	2000	Direita	Externa		2012
Partido Socialista Unido	Venezuela	2007	Esquerda	Interna		2010

de Venezuela

Fonte: Elaboração do autor (2017).

O primeiro dado que chama a atenção no Quadro 1 é o pouco tempo de fundação da maioria dos partidos analisados, apenas 3 surgiram antes da década de 2000, com os partidos tradicionais colombianos originários no século XIX e, o MAS de 1997. Contudo, o MAS, assim como os demais, é produto do período de instabilidade de seu país. O pouco tempo de existência dos partidos indica não apenas o colapso do sistema partidário anterior, como também o reordenamento ao redor de novos atores, isso é, os menores partidos do período não conseguiram se converter nas principais forças e também foram engolidos pelo colapso. A partir disso, a região atravessou algo observado por LaPalombara e Werner (1966) ainda na década de 1960, que períodos de crise são propícios para a formação de novos partidos.

Em relação ao espectro ideológico, os casos selecionados apresentam uma nítida separação – e até mesmo polarização – entre partidos de esquerda e de direita, com poucos partidos de centro (somente o Partido Liberal foi classificado como tal). O que motiva essa situação? A distância entre os partidos origina-se no processo de reordenamento do sistema quando forças tradicionais não conseguiram responder as demandas ou perderam credibilidade devido à crise, fato que abriu espaço ou oportunidades para novas forças políticas que se encontravam fora da arena partidária ou se encontravam marginalizados nela. A distribuição destas forças demonstra que a "capitalização" da crise foi distribuída entre atores antagônicos, de um lado, movimentos mais à esquerda se tornaram relevantes na região, fato até então inédito, e, de outro os setores tradicionais se reorganizam em torno de novas legendas ou novas lideranças emergem deste processo. Novamente, a Colômbia é a exceção da região, porém, mesmo sem ter atravessado por um processo de colapso, o sistema passou por um reordenamento devido a estratégia dos atores políticos de conferir maior pluralidade ao sistema. Contudo, essa estratégia se mostrou equivocada, pois diminuiu os custos de formação de novas agremiações, o que acabou incentivando a formação de partidos de orientações personalistas e clientelistas.

Dentro da América Latina, a região andina foi a que atravessou por maiores transformações em seus sistemas partidários e, sobretudo, em relação aos seus principais atores, por causa da crise dos partidos tradicionais e o surgimento de novas forças. Obviamente, temos algumas exceções como os partidos tradicionais colombianos (PC e PL),

entretanto, desde a década de 2000, estes partidos têm perdido espaço para outras legendas (como o Partido de la U).

Quadro 2 – Origem dos partidos políticos

Tipo de Origem	Sentido da Origem	Partidos Políticos
Interna	Fusão	FP
	Cisão	UN; PLU; PNP; PSUV
	Estado	PC; PL
Externa	Empresários	CREO; MPJ
	Movimentos sociais	MAS; AP

Fonte: Elaboração do autor com base em (2017).

Há o predomínio de partidos de origem interna entre os selecionados (7 de 11 partidos). Como a amostra é limitada não é possível falar que essa distribuição reflete todo o sistema, porém, podemos deduzir que não, que nos sistemas predominam a existência e criação de partidos do tipo externo. Essa situação já era esperada, pois, apesar do crescimento de partidos fundados a partir da ação da sociedade civil, o parlamento contínua como o principal local de fundação dos partidos políticos, seja pela cisão, seja por fusão dos partidos políticos existentes.

Em relação aos partidos internos, em sua maioria, eles são construídos a partir de cisões de legendas ou movimentos presentes nos parlamentos. O Partido de la U (Partido Social de Unidad Nacional) se constituiu enquanto uma cisão do Partido Liberal, cujo objetivo era viabilizar a candidatura de Álvaro Uribe a presidência da Colômbia em 2006. Os outros casos de cisão tratam de dissidências em movimentos de esquerda, seja por dissidências programáticas (UN) seja por projetos presidenciais (PNP e PSUV). Outros partidos surgem de uniões de grupos parlamentares, como a Fuerza Popular surgiu em 2010 com o objetivo de viabilizar a candidatura de Keiko Fujimori à presidência em 2011.

Do mesmo modo que os partidos uruguaios, a origem dos partidos tradicionais colombianos se confundem com a formação do próprio Estado no século XIX. Os dois partidos representam o debate inicial sobre a natureza estatal, com os liberais representando os grupos defensores das ideias liberais e, os conservadores, a defesa do período colonial.

A formação de partidos externos ao parlamento comumente está associada aos partidos de esquerda, muito devido a sua maior proximidade com movimentos sociais, entretanto, nas últimas décadas, setores conservadores e liberais também tem optado por essa estratégia.

Quais os motivos para essa ação? Podemos supor que ao adotarem estratégias anteriormente ligadas as esquerdas, que os grupos conservadores e liberais externos a arena parlamentar não se veem representados pelos partidos em vigência e buscam eles mesmos influenciar o processo político. Outra explicação, relacionada, seria que estes grupos veem a diminuição das barreiras – e o aumento dos incentivos – para a construção de partidos políticos. Dentre os partidos selecionados, dois mais à direita foram construídos dessa maneira: CREO e MPJ. O primeiro foi fundado em 2012, por Guillermo Lasso, que apesar de atuar no setor bancário, chegou a ocupar cargos políticos. O segundo, foi fundado por uma grande pluralidade de atores, como agentes do judiciário, profissionais liberais, empresários, etc. A atuação empresarial também esteve presente na formação da UN, porém, a legenda surgiu de uma cisão, ou seja, teve origem interna.

Por fim, mais à esquerda. A origem do MAS está relacionada com o desgaste dos partidos tradicionais bolivianos e a possibilidade de formação de um partido de esquerda forte, fato que estava até então bloqueado pelas forças políticas. Diferentemente do senso comum, a origem do MAS não se restringe apenas ao movimento indígena e cocaleiro, mas a amplos setores da sociedade, como intelectuais, movimentos sociais urbanos, setores da classe média, sindicatos e a esquerda tradicional, que foram unificados por Morales (REIS, 2013). A Alianza País se enquadra no grupo de movimentos que se constituem enquanto partidos. No seu caso, o movimento que originou contestava as políticas neoliberais e pedia a auditoria da dívida pública.

O personalismo é provavelmente o traço mais marcante da região. Devido à crise e reorganização do sistema partidário, novos partidos emergiram, entretanto, em sua grande maioria, estes foram formados ao redor de uma liderança personalistas que ganhou notoriedade durante a instabilidade, isso é, a emergência das agremiações se encontra relacionada com projetos pessoais de atores que se encontravam fora do sistema ou de atores sistêmicos que viram na possibilidade de criação de um partido político um meio de capitalizar seu capital político. A crise abriu uma janela de oportunidades para novas legendas, porém, estas não afluíram da convergência de grupos em uma organização, mas sim, em tornos de líderes. O momento de crise é frutífero para o surgimento/aparecimento de novos partidos, porém, também é um período utilizado por lideranças carismáticas que buscam a alcunha de salvador da pátria. Maior desafio dos atuais partidos da região não é apenas se institucionalizar, mas, principalmente, se converterem em partidos para além de seus líderes fundadores.

A grande maioria dos partidos selecionados apresenta formação ao redor de algum tipo de liderança. Como dito acima, esse tipo de formação foi incentivado devido ao período de crise que a região atravessou, o qual abriu espaço para novas forças, as quais, não eram partidos existentes que ocuparam o vácuo deixado pelas forças tradicionais, mas foram construídas durante o período de instabilidade. Os novos partidos, portanto, não foram apenas construídos pela atuação da sociedade civil, mas, principalmente, atuaram como veículos de promoção de suas lideranças, as quais devido ao período de instabilidade, rapidamente chegaram ao poder, fato que diminuiu os incentivos para a construção de organizações mais robustas. Quais são as exceções dos casos analisados? Os partidos tradicionais colombianos que se formaram no século XIX, quase que junto com o Estado, porém, estes partidos foram marcados desde a sua origem por forte fragmentação interna de modo a acomodar grupos divergentes em seu interior. De um lado você mantinha a unidade do partido como uma força única, de outro, alimentava as disputas internas. Com a reforma eleitoral da década de 1990, muitas forças – e lideranças – que estavam presentes nos partidos saíram para construir a sua própria agremiação independente, porém, outra reforma foi aprovada na década de 2000 de modo a diminuir o número excessivo de legendas.

A ORGANIZAÇÃO: COMO À CRISE DO SISTEMA IMPACTA NA ESTRUTURA DOS PARTIDOS POLÍTICOS?

Cada partido político possuí uma organização única, a qual é produto das escolhas de seus membros – como bem salienta Panebianco (2005), as escolhas iniciais dos dirigentes partidários moldam a organização – e pelas estruturas de oportunidades fornecidas pelo ambiente em que estão inseridos.

A partir do exame dos estatutos partidários é possível "desenhar" a organização dos partidos políticos e verificar em que medida suas estruturas de poder estão dispostas. O uso de estatutos para analisar a organização dos partidos é controversa, para alguns analistas, o conteúdo das cartas orgânicas não reflete a realidade dos partidos políticos e a existência dos estatutos é apenas mera formalidade. Para Katz e Mair (1995), a sua utilização é importante, pois fornece pistas sobre como os partidos são organizados e também, na comparação entre a organização formal e a real.

Para realizar este trabalho os estatutos foram submetidos a análise de conteúdo e buscam verificar a presença ou ausência de determinadas instâncias partidárias, tais como,

organismos de direção, de relacionamento com a sociedade, além, de questões relativas a participação de seus membros e canais de financiamento.

Ao todo a organização dos partidos políticos foi decomposta em seis tipos de instâncias: 1) Deliberativo: principal órgão partidário, porém, de caráter sazonal, isso é, ocorre de tempos em tempos. Suas principais funções tratam da definição das principais linhas de ação do partido, bem como seu programa, alianças, seleções de candidatos e dirigentes, etc.; 2) Diretivo: também de caráter sazonal, entretanto, sua ocorrência é mais frequente que a deliberativa, com seus membros podendo se reunir mensalmente, semestralmente ou anualmente. O órgão diretivo, em sua essência, trata da definição da estratégia e da linha de ação do partido; 3) Executivo: se ocupa do cotidiano do partido, de seus problemas e ações mais imediatos; 4) Contato com a sociedade: instâncias que buscam construir laços com segmentos sociais. A atuação pode ocorrer em base territorial ou de identidade; 5) Apoio: instâncias técnicas, tais como, jurídicas, financeiras, eleitorais, entre outras, e; 6) Consultivo: mecanismos de consulta as bases, pode ser aberto a todos os membros (e até cidadãos não pertencentes a agremiação), contar com somente a participação dos dirigentes ou recorrer a notáveis (intelectuais, membros da sociedade civil, ex-dirigentes).

Sobre os organismos de direção, mais da metade dos partidos (UN, PLU, CREO, FP, PNP, PSUV) excluem uma das instâncias organizacionais citadas. A FP, o PNP e o PSUV não possuem instâncias diretivas, com seu centro decisório restrito as instâncias deliberativas e executivas, ou seja, as definições de suas ações são definidas pela cúpula e aplicada no cotidiano, sem a presença de organismos intermediários entre eles. Outros como a UN, PLU e CREO excluem os organismos executivos, ou seja, não criam órgãos de ação cotidiana. Por último, apenas a AP não dispõe de instâncias de apoio em seu estatuto.

Somente a existência das instâncias não é suficiente para compreender a organização dos partidos, é preciso também verificar em que medida eles abrem as suas organizações para a participação de seus filiados. A partir da ideia dos partidos de massas, tem-se a ideia de que os partidos devam fornecer canais de participação aos seus filiados, sobretudo no processo de escolha de seus dirigentes e candidatos, além, do processo de definição das estratégias e ações do partido, por meio de sua participação nos órgãos deliberativos.

Em relação a isso, os partidos são mais abertos a escolha de seus dirigentes do que na definição das linhas de ação, alianças, estratégias, questões programáticas, etc. Em relação as eleições, os dois partidos tradicionais colombianos (PC e PL) e os dois partidos bolivianos (UN e MAS) estabelecem a participação de todos os filiados no processo eleitoral interno. O PNP peruano realiza o sufrágio interno por meio da participação de delegados escolhidos pela

base. A FP e MPJ realizam eleições internas – para os principais cargos – do sistema majoritário de maioria simples. O CREO também adota o sistema majoritário, porém, estabelece que os dirigentes podem indicar candidatos a cargos eletivos, sem que estes se submetam ao escrutínio interno. Por fim, o PLU, a AP e o PSUV não dispõe de critérios para a seleção de candidatos e dirigentes em seus estatutos.

Com exceção do MAS[19] e do Partido de La U, quase todos os partidos contam com algum tipo de núcleo de base. Esses organismos de inspiração nos partidos de massas atuam como instrumentos de formação e aproximação dos partidos com a sociedade civil. No primeiro caso, os núcleos de base podem focar sua atuação em grupos identitários, como étnicos, de gênero, minoria, etc., porém, sem substituir as instâncias específicas destes grupos (quando existentes). No segundo, os núcleos atuam nos locais de trabalho ou sindicatos, também, como forma de formação e, também, de ação política.

Quadro 3 – Núcleos de base

Tipo de núcleo de base	Partidos
Atuação	PC, PL, AP, CREO, PNP, PSUV
Territorial	UN, PC, AP, CREO, FP, PNP, MPJ, PSUV

Fonte: Elaboração do autor com base em (2017).

São poucos os partidos da região que adotam órgãos consultivos. Os Conservadores e Liberais colombianos dispõe da possibilidade de realização de plebiscitos. Os próprios liberais[20], a Alianza País e a Frente de Unidad Nacional também possuem mecanismos de consulta a notáveis, como elementos da sociedade civil, ex-presidentes da nação e do partido, intelectuais, etc.. A baixa quantidade de instâncias consultivas é, em parte, explicada pelo caráter personalista dos partidos da região, os quais são pouco afeitos a participação de seus membros, e mais a centralização das ações em poucas mãos.

Em relação as fontes de financiamento dispostas nos estatutos – excluindo o financiamento privado e estatal –, todos os partidos estudados estabelecem a contribuição voluntária por parte de seus membros, porém, somente 3 partidos (CREO, PNP e PSUV) estabelecem a obrigatoriedade de dotações financeiras por parte de seus membros, contudo,

19 O MAS não possui oficialmente a figura de núcleos de base, porém, a ação de base ocorre a partir de secretarias, que se assemelham a organismos de apoio, como secretaria de gênero, de coordenação de ação social, etc. (MAS, 2012).

20 O conselho consultivo é formado por ex-presidentes e ex-presidentes da República que pertençam ao partido (PARTIDO LIBERAL, 2012).

seus estatutos apenas mencionam a obrigatoriedade, sem definir os valores. Somente a AP define a obrigatoriedade do financiamento por parte dos ocupantes de cargos eletivos e comissionados, porém não especifica o montante das contribuições.

Sobre o financiamento, é preciso analisar a questão com cautela. Atualmente, os partidos se encontram cada vez mais dependentes do financiamento estatal que outrora, o impacto do financiamento privado – empresarial ou individual – também é alto se comparado ao dos membros, que apesar de importante, se vê como uma fonte complementar se comparada as demais fontes.

Como dito anteriormente, o uso dos estatutos é controverso, para Freidenberg e Levistky (2007), os partidos latino-americanos se encontram estruturados informalmente, isso é, fora de suas regras formais, as quais pouco condizem com a realidade. De outro lado, os estatutos fornecem o mapa organizativo das agremiações, sua formulação (e alterações) é alvo de disputa entre os grupos e, pode dar pistas como os partidos são organizados.

Em trabalhos anteriores, (2017), argumentei que a organização dos partidos políticos latino-americanos não é tão débil quanto a literatura argumenta. Essa observação, no entanto, não se estende a todos os países, e partidos da região, pois cada país e partido possuí uma trajetória singular.

Partindo da hipótese de Panebianco (2005) que partidos formados ao redor de lideranças carismáticas possuem poucos incentivos para se institucionalizar, a região andina confirma, em parte, essa premissa. Em sua maioria, suas organizações formais são pouco estruturadas e centradas em suas lideranças, ou seja, eles ainda se encontram presos as suas lideranças iniciais (LAPALOMBARA; WERNER, 1966).

Feitas essas observações, a partir dos estatutos partidários foi construída uma escala de pertencimento dos partidos políticos de acordo com os seguintes critérios: 1) desenho organizacional: quais são as instâncias partidárias no interior do partido; 2) relacionamento com os membros: grau de abertura a participação dos filiados na vida partidária; 3) grau de contato com a sociedade: presença de instâncias de contato com segmentos sociais e; 4) canais de financiamento: fontes de financiamento presentes nos estatutos. A partir destes critérios, foi construída uma escala que vai de 0 (organização inexistente) até 1 (total pertencimento aos critérios). Portanto, a escala diz respeito aos elementos presentes nos estatutos partidários, os quais podem apresentar organizações mais simples, isso é, com poucos organismos partidários, baixa participação dos membros e de canais de contato com a sociedade e, poucos canais de financiamento até partidos mais complexos, ou seja, dotados de uma grande quantidade de instâncias partidárias, ampla participação dos filiados, presença de

canais de contato com a sociedade e múltiplas fontes de financiamento. Neste ponto é importante salientar, a ideia de complexidade e simplicidade está restrita aos partidos políticos, estes se comparados a outras organizações, como sindicatos, são demasiadamente simples, por causa disso, quando falo em complexidade ou simplicidade essa somente trata dos partidos políticos e não é possível fazer comparações com outras organizações.

Tabela 2 – Organização dos partidos políticos nos Andes

Partidos	Score
1	
0,9	PC, PL
0,8	
0,7	AP, MPJ
0,6	
0,5	
0,4	UN, PNP
0,3	CREO, FP
0,2	MAS, PLU, PSUV
0,1	
0	

Fonte: Elaboração do autor com base em (2017).

Quais as conclusões que podemos tirar desta tabela? Primeiro, devido a baixa quantidade de casos, o alcance de generalizações é limitado e, maiores estudos comparativos sobre a organização dos partidos da região se fazem necessários. Um segundo ponto, este estudo se concentrou na organização dos dois maiores partidos presentes nos parlamentos dos países andinos até 2017. Após a realização desta pesquisa, algumas transformações ocorreram como a decadência do PNP peruano e o surgimento de novas forças naquele país.

Ao examinar a Tabela 2, quatro dos onze casos apresentam índices maiores que 0,5, ou seja, se encontram entre os partidos com organizações mais complexas. Neste grupo se encontram partidos tradicionais, de longa duração (PC e PL) e novos partidos (AP e MPJ), os quais surgiram como braços políticos de movimentos sociais, com participação de amplos setores sociais. É interessante observar que os partidos fundados por meio da ação empresarial também ocupam posições baixas na escala (0,4 para a UN e 0,3 para o CREO). Por último, o MAS surpreende por estar em uma posição tão baixa, isso decorre da generalidade de seu estatuto, como também, da centralidade de Morales para a organização. O mesmo pode ser

dito sobre o Partido de la U e Uribe, com a organização do partido centrada na figura do ex-presidente.

A questão ideológica também, inicialmente, não auxilia na compreensão das diferenças. Como Duverger (1970) argumenta, partidos mais à esquerda tendem a construir organizações mais complexas que os partidos de centro e de direita. Nos casos analisados, temos dois partidos mais à direita (PC e MPJ) e um de centro posicionados nos maiores índices, com somente a AP de esquerda neste espaço. O que explica isso? No caso colombiano, se tratam dos dois partidos tradicionais, os quais, mesmos após as reformas constitucionais, mantiveram uma organização mais robusta em comparação as demais, isso é, a organização é independentes de seus membros. No caso venezuelano, o MPJ, apesar de também possuir uma liderança personalista (Capriles), possuí mais incentivos para construir uma organização mais complexa que o PJ, por causa da grande pluralidade de atores, ao contrário do PSUV que foi construído para ser um veículo eleitoral – e pessoal – de Chávez. Por fim, a AP, apesar do domínio de Correa, se organizou a partir de um movimento social (Movimento Alianza PAIS), do qual Correa foi um dos expoentes. Em relação aos índices mais baixos, o personalismo tem grande impacto, mais do que a ideologia, pois comportam legendas de todos os espectros ideológicos analisados.

Mesmo o contato com movimentos sociais não produz um efeito positivo sobre as organizações. Nos casos examinados, a grande maioria dos movimentos sociais atuou como uma espécie de trampolim para as lideranças personalistas, isso é, as lideranças ganhar visibilidade a partir de sua ação nos movimentos. O partido, nesse caso seria mais um veículo de ação pessoal do que uma organização orgânica e estruturada.

A origem tem papel central na influência sobre a organização partidária. Segundo Duverger (1970), o local de origem exerce grande pressão sobre como os partidos são organizados, com os partidos internos ao parlamento tendendo a organizações mais simples e os externos a mais complexas. Nos casos examinados, essa influência não é perceptível, principalmente pela baixa quantidade de casos. Entre os examinados, os dois maiores índices se referem a partidos de origem interna (PC e PL), porém, logo após temos dois partidos de origem externa (AP e MPJ). Entre os índices mais baixos, coexistem partidos internos e externos, sem o predomínio de um tipo sobre o outro.

De todo modo, partidos com atores e posições antagônicas compartilham da mesma estratégia, por que? O personalismo e o período de crise são pontos chaves para compreender a organização dos partidos andinos. A forte crise que a região atravessou nas décadas de 1990 e 2000, abriu espaço para a construção de novas legendas, estas, diferentemente de partidos

originários em períodos de estabilidade – tanto política quanto social – possuíam poucos incentivos para a construção de organizações fortes e enraizadas na sociedade, e muitos para a construção de organizações que atuassem como veículos eleitorais, mais precisamente, os incentivos para a construção de partidos de massas se encontravam reduzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas a região andina atravessou por uma grave crise econômica, política e social que teve forte impacto sobre seus sistemas partidários e, mais fortemente, sobre seus partidos políticos, com a perda de relevância – e até mesmo a extinção – de forças tradicionais e o surgimento de novos partidos.

Os novos partidos, em sua totalidade, foram construídos ao redor de lideranças personalistas que emergiram como importantes atores nos momentos de crise, mesmo o Partido de la U colombiano surgiu em decorrência de uma forte crise em seu país, que não levou ao colapso do sistema, mas a sua abertura e, consequente, fragmentação.

À nível organizacional, a maioria dos partidos confirma a hipótese de Panebianco (2005) de que partidos construídos ao redor de lideranças tem poucos incentivos para construir organizações mais institucionalizadas ou a organização em si, com suas estruturas montadas ao redor de sua principal lideranças. As exceções nos casos analisados são os dois únicos partidos (PC e PL) sem a presença de lideranças deste tipo, muito pela antiguidade destas legendas, que data do século XIX, quanto por sua natureza fragmentada, em que várias lideranças disputam o poder entre si. Os outros dois partidos (AP e MPJ) presentes nos scores mais altos, surgiram a partir de movimentos sociais e ganharam visibilidade durante a crise. Diferentemente dos outros casos de seus países (CREO e PSUV), estes partidos optaram por construir organizações mais complexas, provavelmente, devido a grande pluralidade de atores envolvidos em seus movimentos.

Para concluir, o número reduzido de casos dificulta a realização de maiores generalizações e estudos de casos se fazem necessários para compreender melhor os partidos da região. Dito isso, podemos concluir que após o colapso houve uma tendência a formação de partidos com estruturas mais simples e centradas em suas lideranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁNTARA, Manuel. *Sistemas políticos de América Latina: Volumen I. América del Sur***.** 4ªEdição. Madrid: Tecnos, 2013.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. *Identity, competition and electoral availability: the stabilisation of european electorates, 1885-1985.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BOTERO, Felipe; LOSADA, Rodrigo; WILLS-OTERO, Laura. Sistema de partidos en Colômbia (1974-2014) ¿la evolución hacia el multipartidismo?. In: FREIDENBER, Flávia (Ed). *Los sistemas de partidos en América Latina: 1978-2015. Cono Sur y Países Andinos. Tomo 2*. DR: Universidad Autónoma de México/Instituto Nacional Electoral, 2016.

CORREAL, Olga Lucia. El ocaso de los partidos políticos tradicionales en Venezuela. *Papel Político*, vol.14, n.2, pp.491-505, 2009.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral comission*. New York: New York University Press, 1975.

DALTON, Russel; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. The consequences of partisan

dealignment. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M (Eds.). *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, Russell; FARRELL, David; McALLISTER, Ian. *Political parties & democratic linkage*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DUVERGER, Maurice. 1970. *Os partidos políticos***.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar/UNB.

FREIDENBERG, Flávia; LEVITSKY, Steven. Organización informal de los partidos en América Latina. *Desarrollo Economico*, vol. 46, n.184, pp. 539-568, 2007.
KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, vol. 1, n1, pp. 5-28, 1995.
_____. The cartel party thesis: A restatement. *Perspective on politics*, vol.7, n.4, pp. 753-766, 2009.
LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The origin and development of political parties". In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds). *Political parties development.* Princenton: Princenton University Press, 1966.

LEVITSKY, Steven. Peru: the institutionalization of politics without parties. In: MAINWARING, Scott (ed). *Party systems in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LOSADA, Rodrigo. Incidencia de la reforma política de 2003 en la vida de los partidos colombianos: las elecciones de Congreso de 2006. In: LOSADA, Rodrigo; MUÑOZ, Patricia (eds.). *Las elecciones de 2006 en Colômbia: Una mirada desde la reforma política de 2003*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

MAINWARING, Scott; BEJARANO, Ana Maria; PIZARRO, Eduardo. The Crisis of Democratic Representation in the Andes: An Overview." In: MAINWARING, Scott;

BEJARANO, Ana Maria; PIZARRO, Eduardo (eds.). *The crisis of Democratic Representation in the Andes.* Stanford: Stanford University Press, 2006.

MARTI I PUIG, Salvador. The emergence of indigenous movements in Latin America and their impact on the Latin American political scene: interpretative tools at the local and global levels. *Latin America perspectives*, ed. 175, vol.37, n.6, pp.74-92, 2010.

MAYORGA, Fernando. Enlargement of democracy and changes in the bolivian party system. In: LAWSON, K (Ed.). *Political parties and democracy. Volume I: The Americas*. Santa Barbara: Praeger, 2010.

PACHANO, Simon. Ecuador: el nuevo sistema político en funcionamiento. *Revista de Ciência Política*, vol.30, n.2, pp.297-317, 2010.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
REIS, Guilherme Simões. The social democracy of the Bolivian MAS. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n.48, pp. 67-83, 2013.
SAWARD, Michael. Making representatiosn: modes and strategies of political parties. *European Review*, vol.16, n.3, pp.271-286, 2008.

SCHMITTER, Phillipe. Parties are not what they once more. In: DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard (eds.) *Political parties and democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

TANAKA, Martin. How does a democracy with a weak party system work? The peruvian case. In: LAWSON, Kay (ed.). *Political parties and democracy. Volume I: The Americas*. Santa Barbara: Praeger, 2010.
TORRICO, Mario. Bolivia: nuevo sistema electoral presidencial y coordinación política de los partidos. *Perfiles latinoamericanos*, vol.22, n.43, pp. 77-102, 2014.
VAN COTT, Donna. Party System Development and Indigenous Populations in Latin America.The Bolivian Case. *Party Politics*, vol.6, n.2, pp.155-174, 2000.
WILLS-OTERO, Laura. El sistema político colombiano: las reformas electorales de 1991 y 2003 y la capacidad de adaptación de los partidos. IN: BOTERO, Felipe (ed.), *¿Juntos pero no revueltos? Partidos, candidatos y campañas en las elecciones legislativas de 2006 en Colombia.* Bogotá: Universidad de los Andes, Departamento de Ciencia Política y Ceso, 2009.

Documentos consultados

Alianza Pais, 2011. Disponível em: <http://www.alianzapais.com.ec/images/recursos/documentos/regimenorganicoreformadov10.pdf> Acesso em: 23/10/2018.

Frente de Unidad Nacional, Sem ano. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20150406065221/http://www.unidadnacional.com/index.php option=com_content&view=article&id=2&Itemid=109> Acesso em: Acesso em: 22/10/2018.

Fuerza Popular. Estatuto, 2011. Disponível em: <http://www.fuerzapopular.pe/procesoeleccionario/estatuto-de-fuerza-2011/> Acesso em: 22/10/2018.

Movimiento Creando Oportunidades, 2014. Disponível em: <http://creo.com.ec/wpcontent/uploads/2015/06/3.-R%C3%89GIMEN-ORG%C3%81NICO-DELMOVIMIENTO-CREO-17-de-mayo-de-2014.pdf> Acesso em: 23/10/2018.

Movimiento al Socialismo, 2012. Disponível em: <http://www.masipsp.bo/images/Docum%20PDF/ESTATUTO%20ORGANICO%20MAS%20IPSP.pdf> Acesso em: Acesso em: 22/10/2018.

Movimiento Primero Justicia, 2012. Disponível em: <http://www.primerojusticia.org.ve/cms/index.php?option=com_flexicontent&view=item&cid=81&id=12551&Itemid=528> Acesso em: 22/10/2018.

Partido Conservador, 2012. Disponível em: <http://partidoconservador.com/estatutospartido-conservador-2/> Acesso em: 23/10/2018.

Partido de la U, 2012. Disponível em: <http://giron-santander.gov.co/apc-aafiles/61306439376662346461393632346134/estatutos-partido-de-la-u.pdf> Acesso em: 23/10/2018.

Partido Liberal, 2012. Disponível em: <https://reformaspoliticas.files.wordpress.com/2015/03/colombiaestatutoplc2012.pdf>

Acesso em: 23/10/2018.

Partido Nacionalista Peruano, 2010. Disponível em: <http://www.partidonacionalistaperuano.org.pe/estatuto/> Acesso em: 22/10/2018.

Partido Socialista Unido de Venezuela, 2010. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/psuv/estatutos> Acesso em: Acesso em: 22/10/2018.